

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1 – Noções Históricas.....	5
1.1 Antiguidade.....	5
1.2 Decadência do direito probatório: Idade Média	9
1.2.1 Ordálias	14
1.2.2 Duelo.....	18
1.2.3 Juramento.....	21
1.3 Superação dos meios metafísicos: a evolução do direito probatório ...	27
1.4 Direito probatório: da modernidade à atualidade	32
Capítulo 2 – Provas	37
2.1 Conceito.....	37
2.2 Prova e verdade	46
2.3 Meios de prova.....	69
2.3.1 Distinção entre meios de prova e outros institutos processuais: presunções, indícios e máximas de experiência	73
2.3.2 Meios de prova típicos	81
2.3.3 Meios de prova atípicos	83
2.4 Fonte de prova	85
2.5 Objeto da prova	86
2.6 Classificação das provas	93
2.7 Natureza jurídica das normas de Direito Probatório.....	98
2.8 Fases da atividade probatória	103
2.8.1 Admissibilidade da prova	103
2.8.2 Valoração das provas	107

Capítulo 3 – Colisão de Direitos Fundamentais.....	115
3.1 Direitos fundamentais	115
3.2 Regras e princípios de direito fundamental	117
3.3 Multiplicidade de direitos fundamentais: concorrência e colisão.....	121
3.4 Conflitos entre regras	124
3.5 Colisão de princípios	126
3.6 Leis e medidas restritivas de direitos fundamentais	136
3.7 Limites às restrições: garantia do conteúdo mínimo essencial	142
3.8 Restrição e conformação do direito fundamental.....	146
3.9 Colisão: solução pela ponderação	148
3.9.1 Princípio da proporcionalidade: origem, fontes normativas e natureza	149
3.9.2 Princípio da proporcionalidade: aplicação	152
3.9.3 Princípio da proporcionalidade e controle dos Poderes	158
Capítulo 4 – Direito à Prova	163
4.1 Fundamentos e características	163
4.2 Conteúdo e exercício do direito à prova	167
4.3 Restrições ao direito à prova.....	169
4.3.1 Espécies de restrição ao direito à prova	174
4.3.2 Conformação e restrição do direito à prova.....	180
4.3.3 Prova ilícita	185
4.3.3.1 Origem e fundamento	185
4.3.3.2 Delimitação conceitual	189
4.3.3.3 Admissibilidade	194
4.3.3.4 Prova ilícita e proporcionalidade.....	199
4.3.3.5 Consequências da admissão ou inadmissão	204
4.3.3.5.1 Descontaminação do julgado	205
4.3.3.6 Teoria dos frutos da árvore envenenada.....	208

4.3.3.7 Lei de abuso de autoridade: inconstitucionalidade da vedação do uso das provas ilícitas.....	212
4.4 Direito à prova, colisão de direitos e proporcionalidade.....	215
4.4.1 Análise do direito à prova à luz do subprincípio da adequação...	218
4.4.2 Análise do direito à prova à luz do subprincípio da necessidade.....	220
Capítulo 5 – Contornos da Atividade Probatória na Ação Civil Pública para a Tutela de Direitos Difusos	223
5.1 Direitos ou interesses	223
5.2 Direitos fundamentais coletivos	225
5.2.1 Direitos difusos	230
5.3 Instrumentos processuais de tutela dos direitos coletivos	234
5.3.1 Evolução histórica	234
5.3.2 Microsistema regente do processo coletivo	239
5.4 Ação civil pública	242
5.4.1 Definição.....	242
5.4.2 Características gerais	245
5.4.3 Particularidades das provas nas ações civis públicas.....	247
5.4.3.1 Poder instrutório do juiz.....	247
5.4.3.2 Prova científica	253
5.4.3.2.1 Custeio da prova científica	256
5.4.3.2.2 Prova estatística	262
5.4.3.3 Ônus da prova.....	265
5.4.3.4 Coisa julgada secundum eventum probationis.....	270
5.4.4 Proporcionalidade e direito à prova nas ações civis públicas ...	272
5.4.5 Proporcionalidade dos meios de prova nas ações civis públicas à luz das limitações que deles decorrem	280
5.4.6 Provas ilícitas nas ações civis públicas.....	283
Conclusão	291
Referências	297